

Estágio de vivência: uma experiência do PET/UFCA Agronomia no Assentamento 10 de Abril - Crato/CE

*Experience internship: an experience of PET/UFCA Agronomy in the
Settlement 10 of April - Crato/CE*

Selton David Cavalcante Sobral¹

Eduardo Oliveira Nascimento²

Janailton Coutinho³

Resumo: A aproximação das Instituições de Ensino Superior às comunidades rurais através do estágio de vivência prepara os discentes para realidade que os mesmos enfrentarão, moldando assim, profissionais atentos às necessidades da sociedade. Nessa perspectiva, foi realizada uma vivência entre os dias 27 e 29 de fevereiro de 2020, junto aos agricultores do assentamento 10 de Abril, localizado no município de Crato/CE. Teve como objetivo acompanhar as atividades socioprodutivas e construir ações de extensão. O planejamento em sala, bem como a análise dos dados obtidos (coletados através de entrevista semiestruturada), foram essenciais para o desenvolvimento do estágio. Através do convívio na comunidade, pode-se compreender a história do assentamento, cujas mulheres se tornaram protagonistas das lutas, deixando o passado de submissão no esquecimento. A dificuldade do acesso ao assentamento e as limitações tecnológicas, trazem desafios à produção das culturas agrícolas, levando muitas vezes os agricultores ao uso de métodos convencionais e ao emprego de adubos químicos. A produção da comunidade é variada, tendo desde ervas medicinais até criações de animais, além de uma horta comunitária. Perante tal cenário, as universidades podem contribuir e aprender, intermediando conhecimento e prática, sociedade e meio acadêmico, realizando assim uma ponte que favorece o desenvolvimento de maneira sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento; comunidade; luta; agroecologia; extensão.

Abstract: The approach of Higher Education Institutions to rural communities through the stage of experience prepares students for the reality they will face, thus molding professionals attentive to the needs of society. In this perspective, an experience was carried out between 27 and 29 February 2020, with the farmers of the 10 de Abril settlement, located in the municipality of Crato / CE. It aimed to monitor socio-productive activities and build extension actions. Classroom planning, as well as analysis of the data obtained (collected through semi-structured interviews), were essential for the development of the internship. Through living in the community, one can understand the history of the settlement, whose women became protagonists of the struggles, leaving the past of submission in oblivion. The difficulty in accessing the settlement and technological limitations, bring challenges

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bacharelado em Engenharia Agrônoma pela UFCA. E-mail: sobralsdc@gmail.com

² Tecnólogo da Construção Civil pela URCA. Bacharelado em Engenharia Agrônoma pela UFCA. E-mail: oliveira.edu1995@gmail.com

³ Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto da UFCA. Tutor do Programa de Educação Tutorial do curso de Agronomia (PET Agronomia). E-mail: janailton.coutinho@ufca.edu.br

to the production of agricultural crops, often leading farmers to use conventional methods and the use of chemical fertilizers. The community's production is varied, ranging from medicinal herbs to animal husbandry, in addition to a community garden. Faced with this scenario, universities can contribute and learn, mediating knowledge and practice, society and the academic environment, thus creating a bridge that favors development in a sustainable manner.

Keywords: development; community; fight; agroecology; extension.

1 INTRODUÇÃO

O distanciamento entre universidades (meio acadêmico) e sociedade apresenta perdas para o crescimento social e também para a formação de novos profissionais que serão inseridos em diversos espaços de atuação profissional. A fim de diminuir tais perdas, os estágios de vivência, que acontecem com caráter extensivo dentro das universidades, trazem benefícios diretos para a formação do profissional e desenvolvimento da sociedade, aproximando assim, um ao outro, funcionando como uma ponte entre conhecimento técnico e o saber popular, explorando os pilares de cultura, extensão, ensino e pesquisa.

Ao inserir o estudante nesta vivência, é possível conhecer e entender pautas importantes como a produção e condições reais da agricultura familiar (que ganham cada vez mais espaço no cenário para as práticas de desenvolvimento sustentável), a luta pela questão agrária no país, bem como a criação de renda para as famílias, assegurando assim, às condições viáveis para segurança alimentar. De acordo com Caporal (2002), o estágio de vivência constitui-se num período de tempo, no qual os estudantes universitários convivem com comunidades rurais e assentamentos e pretende discutir a necessidade de uma profunda reorientação dos padrões de organização socioeconômica da agricultura para alcançar sua sustentabilidade.

Perante tal contexto, o Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Agronomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), surge trazendo a reflexão sobre ações de extensão rural, implementando o estágio de vivência em diversas comunidades da região do Cariri, CE. Busca ainda discutir o desenvolvimento sustentável a partir de práticas agroecológicas, tendo como base as diferentes comunidades no entorno da universidade.

Diante do apresentado, o presente trabalho busca relatar a experiência vivida por dois alunos da instituição supracitada no assentamento 10 de Abril, localizado no município do Crato, no sul do Ceará. Mostra, ao longo deste relato, a luta pelo direito à terra, através de políticas governamentais que tiveram por finalidade a utilização de terras improdutivas, colhendo relatos dos moradores no contexto histórico da formação do assentamento e vivenciando a realidade do dia a dia dos mesmos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa seção traz as bases e referências conceituais e metodológicas utilizadas para a elaboração desta vivência. No início, são apresentados dados preliminares sobre o município em estudo. Em seguida, serão discutidos, de acordo com Gil (2004), o *locus* da vivência/pesquisa e a comunidade em estudo. Também serão mencionadas a natureza e a forma de abordagem, o percurso até a comunidade em estudo, os aspectos legais e éticos que vigoram sobre a pesquisa com seres humanos e a caracterização da área de estudo.

2.1 Tipo e natureza do estudo

Essa vivência/pesquisa é de natureza bibliográfica e de campo, com caráter exploratório descritivo e abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica possibilita a utilização de obras já publicadas, que servem como suporte para revisão de literatura, permitindo o maior aprofundamento sobre o tema estudado, contribuindo para uma melhor compreensão e/ou explicação do problema investigado (RODRIGUES, 2007). O levantamento bibliográfico foi feito em livros, teses, dissertações, artigos, revistas de cunho científico, jornais e por meio eletrônico.

Na pesquisa de campo, o ambiente natural, isto é, a comunidade em estudo, é utilizada como fonte direta para a coleta de dados primários. Para Gil (2004, p. 44-45), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...]”. Essas são frequentemente utilizadas “[...] quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-

se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Portanto, a fase exploratória possibilitou um maior esclarecimento sobre o tema estudado.

2.2 Considerações sobre o Município de Crato-CE

O Crato, fundado em 1764, está localizado na mesorregião sul cearense, na microrregião do Cariri, distante 560 km da capital Fortaleza. Economicamente, é a segunda cidade mais importante da região, ficando atrás somente de Juazeiro do Norte, como mostra a Figura 1 (CEARÁ, 2020).

Figura 1 - Localização geográfica da cidade de Crato - CE

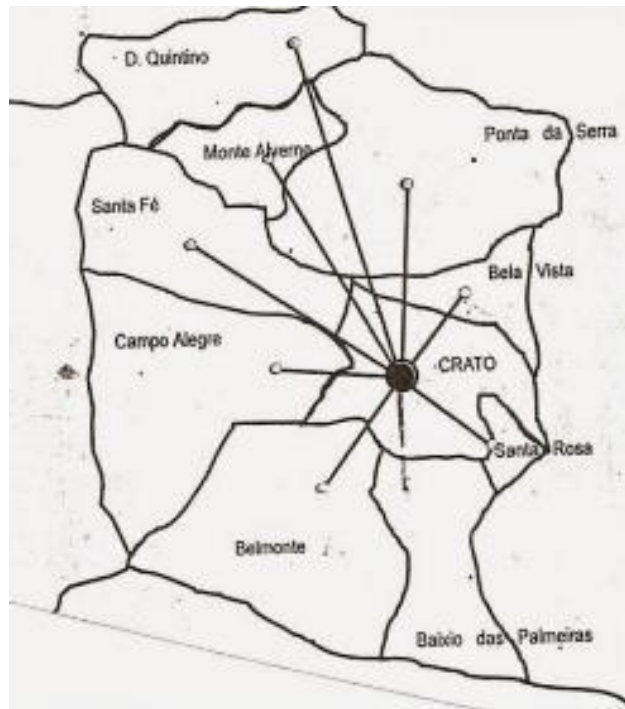


Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2012).

De acordo com o perfil básico municipal (2012), o município de Crato situa-se a 7° 14' 03'' de latitude e 39° 24' 34'' de longitude. Possui uma área territorial de 1.009,20 km² e altitude de 426,9 m. Tem como municípios limítrofes ao Norte Cariri e Farias Brito; ao Sul o Estado de Pernambuco e Barbalha; ao Leste, Juazeiro do Norte e Cariri e ao Oeste Nova Olinda, Santana do Cariri e o Estado de Pernambuco. Considerando sua divisão político administrativa, o Crato é constituído por nove distritos, além da Sede, quais sejam os referidos distritos,

Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa. Como é observado na Figura 2 (CEARÁ, 2020).

Figura 2 - Distribuição geográfica do distrito de Crato - CE

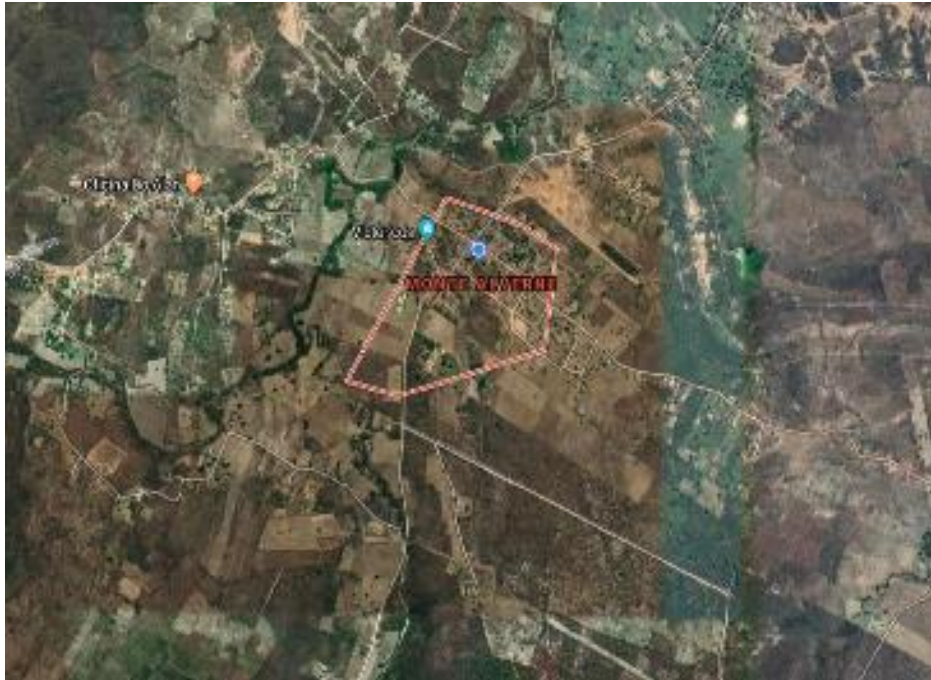


Fonte: Escola 18 de Maio (2021).

2.3 Localização da vivência investigativa

Conforme Gil (2004), é fundamental delimitar o *locus* de observação, ou seja, o local onde o fenômeno em estudo ocorrerá. Desta maneira, este estágio de vivência foi realizado na comunidade do assentamento 10 de Abril, situado no distrito de Monte Alverne pertencente ao Município de Crato - CE como mostra a Figura 3.

Figura 3 - Localização geográfica do distrito de Monte Alverne - Crato/CE



Fonte: Google Maps (2020)

2.3.1 Percurso: da UFCA até o Assentamento 10 de Abril

A distância entre a UFCA campus Crato e o assentamento 10 de Abril é de 36,3 (trinta e seis vírgula três) km, tendo um tempo de percurso de 53 (cinquenta e três) minutos aproximadamente, destacando que o tempo indicado corresponde a um caminho feito de carro próprio. Se o mesmo trajeto for feito por meio de transporte público (Caminhonete adaptada para transporte de passageiros) este tempo sofre uma elevação para 01h:20min (uma hora e vinte minutos).

Figura 4 - Jornada da UFCA até o Assentamento 10 de Abril.



Fonte: Google Maps (2020).

2.3 Aspectos éticos da pesquisa

É fundamental observar os aspectos éticos, seja em pesquisas quantitativas ou qualitativas. Considera-se que o bem-estar e o respeito ao objeto da pesquisa devem ser preservados, seja pesquisa com animais ou com humanos.

Para Vieira e Hossne (1998, p. 100, *apud* Rosa; Arnoldi, 2006), “poucas pessoas têm competência para entender a lógica da entrevista. Por isso, só o consentimento esclarecido do participante não é suficiente”. Segundo os autores, “a palavra consentimento implica em uma ideia de atitude tomada por livre e espontânea vontade, mas não com pleno conhecimento dos fatos”.

Para Rosa e Arnoldi (2006, p. 69):

Muitos pesquisadores insistem, hoje, na necessidade de se obter o “consentimento esclarecido” do participante, para deixar claro que este deve não apenas concordar em participar do experimento, mas também tomar essa atitude plenamente consciente dos fatos, dos questionamentos que lhe serão feitos, dos motivos da entrevista, dos riscos e dos favorecimentos que os resultados podem ocasionar e da sua liberdade de deixar de ser participante, caso sinta necessidade, por qualquer que seja o motivo.

Inicialmente, buscamos esclarecer para o entrevistado as finalidades da pesquisa, bem como a importância da fidedignidade nas respostas, esclarecendo que se trata de uma pesquisa puramente científica. Semelhantemente, Richardson (1999, p. 216-217) elenca uma série de instruções com intuito de nortear o entrevistador, considera-se que não são regras e nem obrigatoriedades, tratam-se de pontos que podem ajudar na construção de um bom diálogo.

1. Explicar o objetivo e a natureza do trabalho, dizendo ao entrevistado como foi escolhido.
2. Assegurar o anonimato do entrevistado e o sigilo das respostas.
3. Indicar que ele pode considerar algumas perguntas sem sentido e outras difíceis de responder. Mas que, considerando que algumas perguntas são adequadas a certas pessoas e não o são a outras, solicita-se a colaboração nas respostas. Suas opiniões e experiências são interessantes.
4. O entrevistado deve sentir-se livre para interromper, pedir esclarecimentos e criticar o tipo de perguntas.
5. O entrevistado deve falar algo da sua própria formação, experiência e áreas de interesse.
6. O entrevistador deve solicitar autorização para gravar a entrevista, explicando o motivo da gravação.

Os princípios éticos e científicos demonstram que toda e qualquer pesquisa que se utilize de entrevistas só deve ter início com o livre consentimento dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. Neste sentido, os aspectos éticos dessa pesquisa são regidos pela Resolução n° 466 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012) do Conselho Nacional da Saúde, que discorre sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, que implica em:

- a) Respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- b) Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- d) Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 3)

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Estudar o modo como o agrário brasileiro se adequa e se adapta às consequências de uma sociedade que está evoluindo é um grande desafio nos dias atuais. Esses desafios nos mostram o quão grande e complexo é o campo dos estudos rurais no país. Estudar, em especial, o processo histórico de distribuição de terras e suas reformas, torna-se ainda mais complexo perante o presente cenário.

A concentração de terras na mão de grandes latifundiários vem de um país que viveu e vive em uma cultura de exploração, refletida ainda na atualidade.

De acordo com Silva (2010, p. 92),

A necessidade da reorganização do espaço agrário brasileiro devido aos problemas existentes na estrutura fundiária tem se tornado um problema cada vez mais sensível, urgindo medidas para sua solução. Esses problemas são ocasionados pela concentração fundiária, [...] por outro lado, também a excessiva fragmentação das propriedades ocasionada, muitas vezes, pelo regime de herança, faz com que ocorra o surgimento dos minifúndios, que por seu tamanho limitado são incapazes de prover de forma satisfatória o sustento das famílias camponesas.

Tal reflexão exemplifica dois grandes problemas na distribuição de terras, de um lado as grandes propriedades, do outro a distribuição de terra que mesmo aplicando-se o trabalho e investimentos, apresentam limitações devido à falta de espaço para se produzir até o básico para garantir uma margem necessária para se obter segurança alimentar.

Partindo das premissas apresentadas, a presença dos movimentos sociais e a política de assentamentos rurais, o discurso sobre reforma agrária e distribuição de terras ganha visibilidade devido à exploração da terra nos dias atuais. A isso, agregam-se os problemas que há muito vêm sendo ignorados.

Para Masson (2019, p. 1),

A questão agrária no país se reatualiza pela predominância do agronegócio e de suas três frentes de atuação: transgenia, avanço da fronteira agrícola e biopirataria e pelo avanço desenfreado da mineração sobre a soberania nacional e dos povos originários, ambos perpetuam a questão agrária brasileira que é revelada e trazida à cena pública e política por meio dos conflitos sociais e agrários.

O século XIX foi marcado por uma mudança de paradigmas, ocorrendo uma mudança no sistema capitalista global, deixando para segundo plano a forma artesanal de produção e partindo para uma economia mais industrial. Por si só, este fenômeno já se constitui como uma nova forma de conceber a interação humana. Não somente isso, mas agora os recursos naturais são vistos a partir de um outro ponto de vista, qual seja, o desejo sem moderação de produção e aquisição de novos bens. Neste mesmo entendimento, a terra passa a ser um bem com um valor ainda mais elevado, ao se comparar com o que era concebido no antigo sistema de produção.

No Brasil, o direito de uso da terra seria alvo de um incansável número de debates, em virtude de problemas conceituais não solucionados ainda no período colonial. Todo esse debate serve como alicerce para, em 1850, promover a criação da Lei N. 601, a chamada Lei de Terras.

No dia 30 de novembro de 1964, entra em vigor a Lei N° 4.504, também conhecida como Estatuto da Terra. A presente legislação tem como ponto fulcral um conjunto de normativas que dispõem sobre o direito e obrigações dos proprietários de grandes imóveis rurais, principalmente com intuito de estabelecer de forma mais linear a reforma agrária e a política agrária. Em linhas gerais, a reforma agrária tem como premissa a melhor distribuição a partir da desapropriação de espaços em desuso, respeitando os princípios da justiça social e econômica.

Mais tarde, em 1988, já na Constituição Federal, foram estabelecidos direitos fundamentais da cidadania, ampliando outros direitos para a população brasileira. Não obstante, foi reconhecido à função da união em desapropriar imóveis rurais em desuso para fins da reforma agrária. Para identificar esse tipo de propriedade, foram instituídas quatro dimensões com intuito de indicar as principais funções sociais da terra, a saber: econômica, ambiental, trabalhista e social (Art.184 e 186, CF/88).

A Constituição também determinou a criação de Lei específica com as regras para esta modalidade de desapropriação. Lei esta que só foi criada cinco anos depois, Lei n. 8.629/1993. Somado a tudo isso, a constituição também traz premissas quanto à preservação de localidades improdutivas, além de não permitir a desapropriação

de imóveis considerados como produtivos. Este aspecto em questão é visto por muitos como um retrocesso em comparação ao Estatuto da Terra de 1964.

3.1 Breve histórico do assentamento 10 de abril

É nesse contexto de ampliação dos direitos, mesmo conseguidos a duras penas, que surgiram muitos assentamentos possibilitando a retomada da vida de muitos sujeitos atingidos pela marginalidade e pela desigualdade brasileira. Nesse cenário, ganharam força as ações tomadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) na região, trazendo à tona muitas ocupações, dentre elas, a ocupação do Caldeirão do Beato José Lourenço - Crato/CE em fevereiro do ano de 1991, tornando-se no assentamento 10 de Abril.

Até ser estabelecido e ter a sua criação consolidada no ano de 1991, foram fundamentais o apoio do MST, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato (STTR) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Colaboraram desde a fundação, instalação, assim como, compra das fazendas que hoje fica localizado o assentamento.

A ocupação contou com integrantes de vários municípios da região do Cariri, sendo o Caldeirão o início de uma jornada que se estendeu por 44 dias; 22 deles no Caldeirão e mais 22 dias no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, dentro da cidade do Crato. Após esse período, a compra da Fazenda Carnaúba dos Gerais foi formalizada pelo Governo do Estado do Ceará.

As lutas pelo direito à moradia digna, água potável, resistência à opressão política, tal como a busca por meios de produção para geração de renda, marcam a história do assentamento, destacando a presença das mulheres, que deixam de lado o patriarcado, e tomam a dianteira pela busca dos direitos, que vão desde acesso à educação, até a tomada de frente em projetos que proporcionam renda para as mais de 50 famílias que hoje vivem no local. Elas trazem à tona a representatividade e empoderamento de uma cultura existente dentro da comunidade que veio se estabelecendo e ganhando espaço por completo desde o dia 10 de Abril do ano de 1991.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Do falar ao agir

Pode-se indicar que a missão da Universidade pode ser destrinchada em três dimensões distintas, ensino, pesquisa e extensão. No caso da Universidade Federal do Cariri (UFCA), existe uma quarta, a saber, a cultura, formando assim quatro pilares fundamentais. Com isso, este entendimento pode ser impresso conforme os escritos de Ospina (1990), destacando que as universidades, em seu sentido mais puro e profundo, têm a função de transformar a sociedade por intermédio do conhecimento da capacidade da humanidade.

De toda forma, nos tempos modernos, pode ser percebido, ainda que de forma discreta, que há um distanciamento da unidade das dimensões que integram a função de uma universidade. Destaca-se uma em virtude da outra e, por muitas vezes, o campo da extensão e da cultura são colocados em segundo plano, entendidos, em sua grande maioria pelos alunos, como menos atrativos.

Perante o cenário apresentado, o Programa de Educação Tutorial (PET) da UFCA, vem buscando cada vez mais diminuir e estreitar laços com a sociedade como um todo nas suas diversas áreas.

O PET foi criado pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e regulamentado pela Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010. Tem por objetivo o fomento de grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e de bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

Ainda de acordo com o Ministério da Educação (2020, p. 1),

O PET organiza-se academicamente a partir das formações em nível de graduação, mediante a constituição de grupos de estudantes de graduação, sob a orientação de um professor tutor, para a realização de atividades que possibilitem uma formação acadêmica ampla aos estudantes e que envolvam ensino, pesquisa e extensão.

O programa tem grande importância no desenvolvimento dos estudantes. Oferece a oportunidade aos alunos de seguir não somente na carreira científica, mas revela as áreas de trabalhos mais diversas, sendo o participante do programa contemplado com a oportunidade de um olhar mais qualificado para enfrentar os problemas na sociedade que está inserido.

Para Tosta *et al.* (2006, p. 6),

O PET também fornece condições para a realização de atividades extracurriculares, procurando ampliar e aprofundar os objetivos da graduação através de compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. As atividades dão a oportunidade de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando uma formação acadêmica global e colaborando para uma integração no mercado profissional e uma melhor qualificação como indivíduo e membro da sociedade. Desta forma, embora possa haver um currículo comum aos mesmos cursos no Brasil inteiro, a vivência com diferentes realidades e demandas sociais particulares de cada região permitem uma flexibilização do currículo.

O PET Agronomia UFCA, vinculado ao curso de Agronomia da Universidade Federal do Cariri, Campus do Crato, iniciou suas atividades no mês de abril de 2010. E tem como objetivo principal promover a formação ampla e de alta qualidade acadêmica dos estudantes de graduação, estimulando a fixação de valores que fornecem a cidadania e a consciência social de todos os participantes, bem como a melhoria dos cursos de graduação e a inovação das práticas pedagógicas vigentes.

Com tudo isso, o estágio de vivência foi sugerido aos doze estudantes que integram o grupo do PET Agronomia da UFCA. Além dos discentes, esta turma é composta por dois professores, um exercendo a função de tutor e o outro cotutor nas áreas de desenvolvimento rural sustentável, agroecologia, fruticultura e Grandes Culturas.

Nesse sentido, esta equipe foi dividida em duplas, onde cada dupla foi enviada para uma localidade diferente, com o intuito de aprender com as práticas agrícolas sustentáveis, aquelas que tem como principal mote o respeito aos recursos naturais.

Antes da realização da vivência foram realizados quatro encontros, com intuito de discutir temáticas como: cultura e sustentabilidade e agroecologia, lendo textos temáticos objetivando se apropriar desses conhecimentos.

4.2 O relato de experiência

As visitas ao Assentamento 10 de Abril ocorreram durante os dias 27 a 29 de fevereiro de 2020. Neste período, os discentes do curso de Agronomia, guiados por alguns moradores da localidade, tiveram a possibilidade de conhecer um pouco do sistema de produção. Além disso, conheceram outros empreendimentos que serão apresentados em linhas seguintes.

No primeiro dia de visita, os estudantes aprenderam um pouco da história deste assentamento e tiveram a oportunidade de conhecer algumas culturas agrícolas cultivadas por eles, como por exemplo, a produção de mel e amendoim.

O Brasil é conhecido internacionalmente por sua rica biodiversidade. Por este motivo, é possível obter méis de diversas floras, em praticamente todos os meses do ano. Geograficamente, pode-se destacar que a apicultura pode ser encontrada em todas as regiões da federação, destaque para a região nordeste, enfatizando o *locus* deste estágio de vivência. Diferentemente da maioria das outras atividades agropecuárias, esta se destaca por causar pequenos impactos ambientais, além de contribuir com a manutenção dos ecossistemas, graças a polinização (IMPERATRIZ-FONSECA *et al.*, 2006).

Nesse sentido, pode-se destacar que este setor agrícola vem ganhando espaço nas produções familiares. Isto pode ser justificado pelo fato, dos agricultores familiares se apropriarem de florestas nativas para sua produção. Percebemos este crescimento não somente, em conversa com alguns moradores, mas também pelo incentivo por parte do poder público para implementação deste empreendimento. Essa ação pode alcançar uma justificativa quando se pensa no interesse em gerir de forma sustentável os recursos oriundos na natureza, já que a apicultura tem em seu âmago o intuito de preservar a vegetação para produção das muitas fontes de néctar, pólen e própolis.

No segundo dia de vivência, guiados pelo atual presidente da associação dos moradores, conhecemos os espaços existentes na comunidade. Segundo o líder comunitário, a história do assentamento é marcada por lutas, lágrimas e muito suor. Mas existe também conquista ao longo de todo esse tempo, dentre elas pode-se destacar: uma casa digital, ambiente usado pelos moradores para acessar a internet, trazendo para esta comunidade a possibilidade de se conectar com o resto do mundo; um sistema de abastecimento de água, levando não somente água potável, mas, sobretudo, dignidade; uma rádio comunitária, capitaneada em sua maioria pelos jovens, propiciando a circulação de informações da circunvizinhança, além de notícias ligadas ao próprio meio agrícola.

Destaca-se também a aquisição de uma casa de artesanato, lugar destinado para fabricação e ensino de produtos regionais, como por exemplo o bordado, crochê e dentre outros. Por fim, conhecemos a casa cultural que, além de ser um ambiente para realização das reuniões, é utilizada para ministrar cursos e apresentações artísticas culturais.

No último dia de vivência, conhecemos uma produção de hortaliças num sistema mandala. Nesta forma de produção, a horta é plantada de forma circular, representando a natureza. Tal forma de plantio, diferente do convencional, permite que as plantas se ajudem mutuamente. Forma um quebra vento, impedindo o tombamento das hortaliças, se utilizando de plantas que atuam de diferentes formas, como repelentes a insetos e dentre outras que ajudam no sistema produtivo, levando a zero a utilização de produtos químicos.

Segundo os pensamentos de Ehlers (1994), o sistema mandala tem como base os princípios ecológicos, como a reciclagem de nutrientes, o reuso da água e a variedade de culturas produzidas. Pensando assim, é fácil compreender que esta forma de produção está intimamente ligada ao desenvolvimento rural sustentável. Esta informação comunga com o que foi vivenciado durante o período de estágio, onde se pode observar uma comunidade preocupada com a produção de alimentos saudáveis, sem a utilização de produtos químicos, se apropriando apenas de conceitos e práticas ecologicamente corretas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estágio e sua proposta de vivência ficou claro o quanto a Universidade tem a contribuir e aprender com a sociedade, e, em especial, com o assentamento onde foi realizada a vivência. O diálogo e o debate entre estudantes do curso de Agronomia da UFCA sobre os meios produtivos de maneira sustentável, bem como o acompanhamento da sociedade na qual os mesmos estão inseridos, são necessários perante o atual cenário brasileiro de produção. Proporciona o engajamento na luta por uma sociedade mais justa e de ações, na qual a democracia e os direitos mínimos de existências, assegurados pela constituição brasileira, sejam cumpridos, atendendo todas as comunidades rurais e assentadas.

No assentamento, foi possível observar que a organização dos agricultores assentados é facilitada pela associação existente no local, porém é perceptível que o local possui uma quantidade maior de idosos em ativa do que jovens e adultos, mesmo sendo o atual presidente, um jovem. Tal fato pode ser causado pela falta de uma renda fixa existente. Sendo assim, o presente quadro pode no futuro atingir a produção que a comunidade fornece para feiras e demais compromissos de vendas.

Com a vivência, é perceptível que o assentamento ainda tem muito que progredir nas práticas sustentáveis, em especial, na linha de pensamentos agroecológicos, a falta de ações e práticas em tal linha, devem ser incentivadas pelos órgãos que já trabalham dentro da comunidade. Entre as práticas se indica o intercâmbio de pessoas da comunidade em locais onde as vertentes agroecológicas já são bem sucedidas, bem como a inserção de uma área experimental dentro do assentamento destinada exclusivamente às vertentes e ações agroecológicas.

Para futuros estudos, sugere-se o levantamento da renda dos assentados de maneira a melhorar e maximizar os meios de produção, além de oficinas com maior impacto dentro da comunidade. Ademais, sugere-se a existência de um curso no qual, os mesmos, saibam a quais carteiras de créditos e projetos os assentados se adequam, com o intuito de incentivar o empreendedorismo e a melhoria de renda na comunidade.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. C. A. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: DOU, 30 nov. 1964.

BRASIL. **Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos... Brasília: DOU; Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11180.htm. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. **Cadastrar-se como discente de grupo de tutoria do PET**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-como-discente-de-grupo-de-tutoria-do-pet>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CAPORAL, F. R. Superando a revolução verde: a transição agroecológica no RS. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002. Disponível em: <https://www.agirazul.com.br/artigos/caporal1.htm>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CEARÁ. **Perfil básico municipal do Crato**. 2018. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2018/Crato.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

CRUZES, A. L. **Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2013.

EHLERS, E. **O que se entende por agricultura sustentável**. 1994. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental: São Paulo, 1994.

ESCOLA 18 DE MAIO. **Mapa da cidade do Crato**. 2021. Disponível em: <https://escola18demaio.wordpress.com/2011/01/16/mapa-da-cidade-docrato>. Acesso em 30 dez. 2021.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Debates**, ano IX, n. 24, p. 73-85, out. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMPERATRIZ-FONSECA, V. L.; SARAIVA, A. M.; DeJONG, D. **Bees as pollinators in Brazil: assessing the status and suggesting best practices**. Ribeirão Preto: Holos, 2006.

MASSON, G. A. **Os Assentamentos rurais de Uberaba/MG: questão agrária e luta pela terra.** Disponível em: <https://www.feagri.unicamp.br/jornada/2019/trabalhos>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução Nº466, de 12 de dezembro de 2012.** Brasília: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde, 12 dez. 2012.

OSPINA, G. L. Definição de uma agenda para o ensino superior nos anos 90. *In:* OSPINA, G. L. **Crub: universidade, estado e sociedade na década de 90.** Brasília, 1990.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas.** São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SILVA, J. J. **Caldeirão e assentamento 10 de abril: passado e presente na luta por terra no cariri cearense.** 2010. 213 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica Ambiental e Territorial) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

TOSTA, R. M. *et al.* Programa de Educação Tutorial (PET): uma alternativa para a melhoria da graduação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 8, nov. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2006000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 dez. 2021.

Trabalho submetido em: 25 mar. 2021.

Aceito em: 23 set. 2021.




Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639
Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do
Norte - Ceará - CEP 63048-080


 ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

 proex.ufca.edu.br

 periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes

 +55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335